



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA
LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Josias Higino. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro referiu-se à 26ª Conferência das Partes – COP 26, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU para discutir como combater as mudanças climáticas no planeta e sediada em Glasgow, Escócia, nesta edição. As atividades econômicas estão destruindo o planeta, apontou, e em alguns lugares isso pode ser irreversível. Desde 2019, continuou, a floresta Amazônica está emitindo mais gases causadores do efeito estufa do que absorvendo. Belém precisa participar desse debate, alertou, pois não podemos deixar que apenas outras pessoas falem da Amazônia enquanto nós, amazônidas, permanecemos calados, temos que tomar a dianteira desse processo. O aumento da temperatura global é uma realidade, deixou de ser uma suposição e esta Casa deve debater o tema, ajuizou. Comunicou ter protocolado um projeto de lei estabelecendo a Política Municipal de Mudanças Climáticas, criando estratégias de combate às consequências do aquecimento global. O projeto tem seus defeitos, reconheceu, mas constitui uma forma de abrir esse importante debate. Avaliou ser pouco provável que neste ano houvesse tempo para fazer uma sessão especial e discutir o assunto, mas gostaria de realizá-la e trazer especialistas e técnicos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe e das universidades, além de representantes do poder público estadual e municipal. É necessário estabelecer as competências da CMB no enfrentamento da crise climática, uma vez que não é mais possível ignorar o assunto e não é admissível a dicotomia entre a economia e a vida no planeta, pois devemos saciar a fome da humanidade de forma sustentável, pontificou. Todas as piores previsões feitas na conferência Eco-92 e na Primeira Conferência da ONU sobre o Clima, realizada em 1995, se confirmaram, havendo atualmente um desregramento climático em âmbito global. Segundo alguns cientistas o aquecimento do planeta estava chegando a um ponto de não retorno, repercutiu, e a Amazônia, que já perdeu 20% de sua área original, estava também chegando a um ponto de não retorno em relação à sua capacidade de regeneração. Esta Casa, o governo municipal e o governo estadual precisam pensar em como devem atuar no enfrentamento às mudanças climáticas e isso é urgente, pois já estamos atrasados nesse processo, exortou. Os principais países industrializados são os maiores poluidores do mundo e o Brasil ocupa a quinta posição nesse *ranking*, mas não devido às indústrias e sim ao desmatamento, acrescentou. A situação piorou durante a gestão de Jair Bolsonaro, pois o governo liberou as queimadas e isso tem impacto no presente e trará consequências nefastas no futuro, atestou. É preciso enfrentar os interesses econômicos daqueles que desmatam pelo lucro imediato e não se preocupam com o clima ou com o meio ambiente, pois para tais segmentos o lucro é mais importante do que a vida, sendo essa a lógica do sistema em que vivemos, enfatizou. Não é verdade que não há alimentos para suprir as necessidades da população, pois todos os dias há alimento sendo descartado e pessoas passando fome. As cenas de pessoas revirando o lixo em busca de restos para comer poderiam ser evitadas se a fome não gerasse lucro, especulou. Aludiu ao caso recente da mãe que foi presa por roubar leite em um supermercado para alimentar seus filhos, contrapondo que grileiros invadem terras indígenas, áreas quilombolas e reservas ambientais buscando lucrar com o garimpo e permanecem impunes. Essa temática extrapola o enfoque ambiental, atentou, e por isso deu entrada no projeto citado anteriormente, esperando que se desenvolvesse uma discussão profícua, de alto nível, nesta Casa. Esperava realizar uma sessão especial no início do ano seguinte em que o tema fosse discutido com a participação de especialistas, para que se pudesse estabelecer um posicionamento adequado.

Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Em seguida, a vereadora Lívia Duarte pediu Questão de Ordem solicitando a realização, no momento apropriado, de um minuto de silêncio em homenagem póstuma à senhorita Josiane Damasceno, fundadora da ONG Laços de Amor, que prestava assistência às mulheres com câncer de mama. Túlio Neves relatou que muitas pessoas ficavam desde onze horas da noite até as oito horas da manhã do dia seguinte em uma fila tentando obter uma senha para realizar o cadastramento no Centro de Referência de Assistência Social – Cras do Bairro da Terra Firme. Somente vinte e cinco senhas eram distribuídas, embora houvesse sempre um número muito maior de pessoas na fila, conforme comprovou após ouvir vários depoimentos e passar pelo local. Reportou ter sido impedido de entrar naquela unidade ao tentar obter *in loco* mais informações sobre a situação. Pediram-lhe então que entrasse em contato com o presidente da Fundação Papa João XXIII – Funpapa, senhor Alfredo Costa Cardoso. Apontou que, como vereador de Belém, não precisava pedir autorização para visitar um órgão público municipal. Comunicou que, junto à sua equipe, iria até o Cras da Terra Firme fazer a fiscalização, convidando os vereadores de seu bloco partidário nesta Casa a acompanhá-lo. Revelou ter feito uma lista com 45 nomes de pessoas não atendidas na quinta-feira anterior e que adicionaria os nomes das pessoas não atendidas neste dia, mostraria essa listagem ao diretor do Cras para saber o motivo para o não atendimento e a razão para serem disponibilizadas somente 25 senhas. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Emerson Sampaio, Lívia Duarte, Igor Andrade e Zeca do Barreiro. Amaury da APPD hipotecou sua solidariedade ao prefeito Edmilson Rodrigues, desejando que recuperasse a saúde após o período difícil que viveu, atingido pela covid-19. Elogiou a atuação da secretária municipal de Saneamento, Ivanise Gasparim, dizendo que ela tem cumprido com tudo fora discutido e acertado, aplicando-se em realizar as obras de saneamento e pavimentação necessárias à cidade. Elogiou também o presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, pelo empenho no asfaltamento das vias de Belém, realizado através da Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan e do governo estadual. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela Liderança do PT, Amaury da APPD informou sobre o aniversário de 40 anos da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência - APPD, no próximo dia 26 de novembro. Foram quarenta anos de muita luta, recordou, batalhando-se inicialmente, junto a outras entidades da sociedade civil, pelo restabelecimento da democracia em nosso país. Atuando em seu campo específico, a APPD dedicou-se a postular leis que beneficiassem as pessoas com deficiência, aditou. Faziam seus debates, lembrou, visando às pautas estabelecidas naquele momento histórico: a elaboração da Constituição Federal de 1988, da Constituição Estadual do Pará e das leis orgânicas dos municípios paraenses. Em cada município do estado, prosseguiu, conseguiram mobilizar a comunidade das pessoas com deficiência e construir uma entidade forte, que resiste até hoje, enquanto outras organizações deixaram de existir. Neste aniversário, inaugurariam sua sede própria e continuariam a fazer o debate, tentando criar pautas em benefício da população de Belém, não apenas do segmento das pessoas com deficiência. Esclareceu ser objetivo da APPD a inclusão e não a segregação dos portadores de deficiência. Aventou a possibilidade de realizar a sessão especial alusiva ao aniversário da APPD no dia 25 de novembro, no salão plenário desta Casa, através de uma permuta com o vereador Zeca Pirão, convidando os demais parlamentares a comparecer. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino ressaltou que atua para ajudar a gestão municipal, pois isso beneficia a população. Pediu à Comissão de Saúde da CMB que fizesse uma visita ao secretário municipal de Saúde, senhor Maurício Cezar Soares Bezerra, e visitasse as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs da cidade para verificar que havia gente morrendo por falta de remédios simples e de baixo custo. Disse que traria o nome desses medicamentos na sessão seguinte, reiterando que agia para melhorar a gestão da cidade. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante solidarizou-se ao vereador Túlio Neves por ele ter sido impedido de adentrar o Cras da Terra Firme, sofrendo o cerceamento de sua prerrogativa, como vereador de Belém, de fiscalizar um órgão público municipal. Lembrou que o mesmo ocorrera anteriormente ao vereador Miguel Rodrigues. Algumas vezes fora acusado de tentar desestabilizar a gestão municipal, de torcer contra a cidade e de fazer manobras políticas, entretanto, assegurou, quando subia à tribuna falava em prol dos anseios da população e trazia aspectos da realidade. Memorou que na primeira sessão ordinária desta legislatura, após a aprovação por esta Casa do Programa Bora Belém, os vereadores receberam um documento muito bem escrito do prefeito Edmilson Rodrigues, que fez um belíssimo discurso falando sobre a importância da participação. Do mesmo modo, alguns vereadores subiram à tribuna e falaram de um governo participativo, acrescentou. Entretanto, opinou, a prática mostrava exatamente o contrário, pois muitos vereadores queixavam-se por não serem atendidos pelos secretários, apesar de comparecerem repetidas vezes às secretarias municipais. Quando protocolava um requerimento solicitando a convocação de um secretário municipal a este parlamento, atestou, não tinha por finalidade coagi-lo, mas cobrar providências para o bom funcionamento da máquina pública. Julgou um absurdo a falta de remédios básicos nas UPAs de Belém, revelando fazer um levantamento dos medicamentos que faltavam na UPA do Bairro da Sacramento e na

UPA do Distrito de Icoaraci, as únicas geridas pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB. As outras três UPAs, geridas por Organizações Sociais de Saúde, não apresentavam esse problema, afirmou. Julgou muito importante o projeto de lei, em pauta nesta sessão, criando a Frente Parlamentar de Combate à Fome, de autoria dos vereadores da bancada do PSOL. Alertou, porém, para a falta de merenda escolar nas escolas municipais de Belém. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro referiu que a saúde mental fora profundamente abalada durante a pandemia. A realização de aulas virtuais modificou a noção habitual que tínhamos da educação e a volta às aulas presenciais não significou um retorno imediato à condição anterior, pois a interrupção trouxe prejuízos ao processo educacional. As concepções de educação não podem considerar o discente apenas como um depositário de informações e conteúdos sem conexão com os outros alunos e com pessoas da comunidade escolar e pessoas do lugar onde vive, indicou. Sobrelevou a importância da atuação dos assistentes sociais e dos psicólogos nas escolas, lembrando existir uma lei federal (Lei nº 13935, de 11 de dezembro de 2019) estabelecendo a obrigatoriedade de haver esses profissionais nos estabelecimentos de ensino. Infelizmente, lamentou, isso ainda não é realidade para todas as nossas escolas, tanto em âmbito estadual quanto municipal. Como integrante da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa fazia intervenções junto à PMB buscando corrigir essa distorção, declarou. Reconheceu que a PMB lidava com um grande déficit orçamentário e era necessário sanear as finanças em um ano de pandemia. Belém recebera mais de 100 milhões de reais no ano anterior para enfrentar a pandemia, verba advinda das medidas emergenciais aprovadas pelo Congresso Nacional, mas neste ano nada recebeu, ressaltou. A PMB utilizava então recursos próprios para combater a Covid-19, drenando as limitadas verbas disponíveis, acrescentou. Apesar disso, assegurou, o prefeito Edmilson Rodrigues, como educador, sabe que a educação deve ser estruturada de forma holística, integrando os vários aspectos da vida das crianças e adolescentes. Assim sendo, prosseguiu, é essencial a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas e cobrava da PMB avanços nesse sentido, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pela gestão municipal. Estabeleceu ser um compromisso fazer com que a Lei nº 13935 entrasse em vigor e fosse atualizada e aplicada em âmbito municipal. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca do Barreiro. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Émerson Sampaio asseverou que não aceitaria ser impedido de entrar nos órgãos municipais de Belém ao fiscalizar a gestão municipal, atribuição que o mandato de vereador lhe concede. Criticou depois a titular da Sesan, Ivanise Gasparim, por não ter enviado uma máquina Patrol para fazer a limpeza de duas ruas, compromisso que assumira em uma reunião em 13 de outubro. A máquina deveria ter sido enviada em 18 de outubro, mas até a data atual isso não ocorrera, aditou. Lamentou tal postura porque fazia com que os vereadores ficassem desacreditados perante as comunidades. Mesmo os vereadores da base parlamentar da PMB nesta Casa não estavam sendo atendidos em suas demandas junto ao Executivo Municipal, advertiu. O artigo 4º da Lei Orgânica do Município de Belém – Lomb determina que os secretários municipais respondam oficialmente aos ofícios dos vereadores em um prazo de quinze dias sob pena de, não o fazendo, incorrerem em improbidade administrativa, advertiu. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Lulu das Comunidades e Miguel Rodrigues. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Bieco pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feito então um minuto de silêncio, atendendo à solicitação da vereadora Lívia Duarte, em homenagem póstuma à senhorita Josiane Damasceno, fundadora da ONG Laços de Amor. Procedeu-se depois à leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando a realização de uma sessão especial para discutir o primeiro emprego e a Lei do Jovem Aprendiz (Lei Federal nº 10097/2000). Fizeram encaminhamentos os vereadores Allan Pombo, Matheus Cavalcante, Zeca do Barreiro (com aparte do vereador Allan Pombo), Mauro Freitas, Amaury da APPD, Enfermeira Nazaré Lima, Igor Andrade (com aparte do vereador Allan Pombo) e Fabrício Gama, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o presidente Bieco solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Fernando Carneiro pediu então a retirada da suspensão do projeto de lei de sua autoria constante no Processo nº 087/2021. Em seguida, foi retomada a votação do projeto que “Altera a Lei nº 9411, de 18 de dezembro de 2018, que ‘Institui no município de Belém o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal que circulam no trânsito em áreas urbanas’”, constante no Processo nº 1949/2019, de autoria do vereador Mauro Freitas. Fez-se depois a leitura do artigo 1º do projeto. Fizeram encaminhamentos os vereadores Mauro Freitas (com apartes dos vereadores Fernando Carneiro e Matheus Cavalcante), Miguel Rodrigues (com aparte do vereador Mauro Freitas), Allan Pombo (com aparte do vereador Émerson Sampaio), Fábio Souza, Lívia Duarte e Juá Belém. O vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto e as emendas feitas a ele fossem votados em bloco. O presidente Bieco definiu que seria feita a votação do artigo 1º e, a seguir, seriam votadas as emendas ao projeto

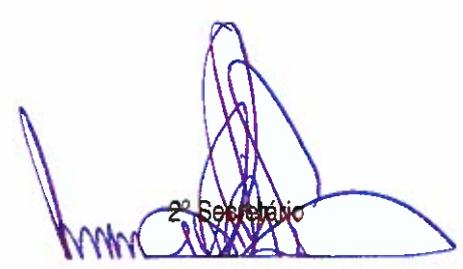
conforme a solicitação do vereador Mauro Freitas. Posto em votação, o artigo 1º foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos favoráveis. Fez-se depois a leitura das duas emendas aditivas de autoria do vereador Mauro Freitas. Postas em votação, estas foram aprovadas por unanimidade, em bloco, com vinte e sete votos favoráveis. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que "Altera a Lei nº 9411, de 18 de dezembro de 2018, que 'Institui no município de Belém o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal que circulam no trânsito em áreas urbanas'", constante no Processo nº 1949/2019. Justificou seu voto o vereador Mauro Freitas. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Dispõe sobre a proibição da utilização de critérios discriminatórios nas seleções culturais promovidas pelo município de Belém", constante no Processo nº 087/2021, de autoria do vereador Fernando Carneiro. Pronunciaram-se posteriormente os vereadores Fernando Carneiro (com aparte do vereador Fábio Souza), Josias Higino, Miguel Rodrigues, Livia Duarte e Matheus Cavalcante, ficando o projeto em discussão. Em seguida, o presidente Bieco encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Augusto Santos, João Coelho, Juá Belém, Neném Albuquerque, Renan Normando e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Roni Gás, Miguel Rodrigues e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma e John Wayne, pelo MDB; Goleiro Vinícius, pela bancada do Republicanos; Livia Duarte, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Lulu das Comunidades, pelo PTC, Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 03 de novembro de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário